

FUNDOS SOLIDÁRIOS NO CENTRO-OESTE:

iniciativas comunitárias
que fazem a diferença



CENTRO DE ESTUDOS E ASSESSORIA (CEA)
SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

FUNDOS SOLIDÁRIOS NO CENTRO-OESTE:

iniciativas comunitárias
que fazem a diferença



**Apoio e Fomento às
Iniciativas de Fundos
Solidários da Região
Centro-Oeste**

Brasília, 2015



DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Ademar de Andrade Bertucci

Diretora Administrativa

Adenilce Maria de Araujo Silva

Diretor Secretário

Paulo Henrique de Morais

CONSELHO FISCAL

Edilberto Sebastião D. Campos

José Boaventura Teixeira

Ronal Acioli Silveira

EQUIPE DO PROJETO

Coordenação Executiva

Synara de Almeida Pinto

Coordenação Pedagógica

Simone Fonseca

Agentes de Finanças Solidárias

Alexandro da Silva Souza (MS)

Miguelina Martinha (MT)

Claudia Lima (GO)

Daniel Roberto (GO)

Paulo Moraes (DF)

Elkin Páez (DF)

Consultoria

Aldeia Mundo

Elaboração do texto

Synara de Almeida Pinto

Revisão de conteúdo

Marcelo Inácio de Sousa

Fotos

CEA

EQUIPE CT COMUNICAÇÃO

Direção de arte, ilustrações e diagramação

Clayton Gonçalves

Revisão dos textos

Yana Palankof

Projeto: “Apoio e Fomento às iniciativas de Fundos Solidários da Região do Centro-Oeste”

Convênio CEA/MTE/SENAES 793008/2013

Centro de Estudos e Assessoria (CEA)

SGAN | 914 | conjunto F | casa 1 | Asa Norte | Brasília-DF | CEP: 70.790-140

www.centrodeestudoseassessoria.org.br

Secretaria Nacional de Economia Solidária / Ministério do Trabalho e Emprego e Previdência Social

Esplanada dos Ministérios | bloco F | 3ª andar | sala 331 | Brasília-DF | CEP: 70056-900

FICHA CATALOGRÁFICA

CENTRO DE ESTUDOS DE ASSESSORIA

Fundos solidários no Centro-Oeste: iniciativas comunitárias que fazem a diferença /

Synara de Almeida Pinto – Brasília: CEA, 2016. – 68 p. ; il.

1. Economia solidária. 2. Cartilha de mapeamento. 3. Fundos solidarios.

Sumário

APRESENTAÇÃO **4**

1 INTRODUÇÃO **6**

2 FINANÇAS SOLIDÁRIAS COMO TECNOLOGIA
ARTICULADORA DO PROCESSO SOCIOECONÔMICO **10**

3 FUNDO ROTATIVO SOLIDÁRIO:
CICLO QUE GERA SUSTENTABILIDADE **16**

4 INICIATIVAS DE FUNDOS SOLIDÁRIOS
NA REGIÃO CENTRO-OESTE **28**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **56**

REFERÊNCIAS **60**

Apresentação



Faz parte da concepção da Economia Solidária, numa perspectiva da Educação Popular, não só registrar o processo de trabalho, mas inclusive devolver aos atores e protagonistas da ação, os resultados de sua militância.

Este é o esforço desta publicação do Centro de Estudos e Assessoria de acordo com seus recursos e possibilidades apoiados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES/MTE, no período de 2015-2016.

Esta Cartilha reúne o resultado de dois mapeamentos: um referente à economia solidária e outro ao perfil dos fundos solidários. Ambos são importantes retratos da economia solidária na região Centro-Oeste. Trazem informações relevantes para subsidiar as definições das políticas públicas, principalmente no campo das finanças solidárias.

A economia solidária desenvolve as potencialidades, os fazeres e saberes das pessoas, reinventa novos processos de trabalho e de relações de troca fundadas na diversidade, inclusive nas adversidades. Autogestão e democracia, compromisso com a comunidade local, participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável territorial, regional e nacional são trilhas percorridas e estimuladas pelo Projeto. O trabalho educativo emancipatório foi sempre inerente a todo o processo.

Os dados, informações e reflexões, inscritos nesta publicação, mostram o fortalecimento da Economia Solidária na Região, contudo comparando com outras regiões, indica o quanto ainda precisa avançar. Sobretudo no que se refere ao acesso dos grupos às políticas públicas, inclusão digital, assessoramento técnico e formação, articulação em rede e participação em fóruns. O texto destaca que comparando os dois mapeamentos, percebe-se que a atividade de finanças solidárias, se comparada às demais, aparece pouco na Região.

O Centro de Estudos e Assessoria e sua Equipe esperam que este mosaico sirva para fornecer uma ampla visão de todo trabalho desenvolvido e suas conquistas. Espera-se que o registro de avanços e limitações nesta Cartilha, sirvam de estímulo à continuidade das atividades e ao surgimento de outras iniciativas na Região. Deseja-se ainda o fortalecimento de ações que incidam sobre as políticas públicas rumo à consolidação da economia solidária e da organização em redes na região Centro-Oeste.

José Boaventura Teixeira

Conselheiro Fiscal – Centro de Estudos e Assessoria

1 Introdução



*‘[...] toda manhã se cria num ontem, através de um hoje [...].
Temos de saber o que fomos para saber o que seremos’*
(Paulo Freire)

Esta cartilha é fruto das ações do projeto Apoio e Fomento às Iniciativas de Fundos Solidários da Região Centro-Oeste, que faz parte do Programa Nacional de Apoio e Fomento às Finanças Solidárias da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE). A proposta do projeto é apoiar e fomentar as iniciativas de fundos solidários da região, de forma articulada e em redes territoriais, estaduais e regional. Objetiva ainda a promoção de formação, articulação e sensibilização de integrantes de movimentos sociais, gestores públicos e população em geral a respeito da temática das finanças solidárias no Centro-Oeste.

Dos 81 fundos solidários de autogestão comunitária e 11 organizações de fomento, mapeados em 2011/2012, o projeto apoiou trinta iniciativas, reunidas em 27 municípios nos três estados da Região Centro-Oeste e no Distrito Federal, sendo:

- ▶ **SEIS** no Distrito Federal e Entorno: Brasília, Santa Maria, Sobradinho, Novo Gama, Taguatinga, Samambaia, Luziânia e Planaltina de Goiás;
- ▶ **SEIS** em Goiás: Anápolis, Campinaçu, Flores de Goiás, Goiânia, Iaciara e Nazarário;
- ▶ **DEZ** em Mato Grosso: Barra do Bugres, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Juína, Nossa Senhora de Livramento, Tangará da Serra e Rondonópolis; e
- ▶ **OITO** em Mato Grosso do Sul: Anastácio, Campo Grande, Dourados, Maracaju e Nioaque.

Os fundos solidários são um dos tipos de iniciativas coletivas em finanças solidárias (segmento da economia solidária) espalhadas por todo o Brasil. Essas iniciativas têm praticado em seu dia a dia os princípios que garantem o desenvolvimento territorial socioeconômico sustentável, pautado na autogestão, na cooperação, na democracia, na solidariedade e no respeito ao meio ambiente.

As comunidades que desenvolvem experiências de fundos solidários realizam um processo de gestão coletiva de recursos (monetários ou não) voltados para a sustentabilidade local e territorial e para a mobilização social. Os fundos solidários têm sido um potencial transformador da realidade local, pois são espaços e instrumentos de resistência, protagonismo e organização da economia comunitária.

O autogerir é a ação chave desta prática. A economia solidária desenvolve as potencialidades, os fazeres e os saberes das pessoas, reinventa novos processos de trabalho e de relações de troca fundadas na diversidade, no associativismo solidário, no exercício da autogestão e da democracia, no compromisso com a comunidade local, na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável territorial, regional e nacional. O trabalho educativo emancipatório é inerente a todos esses elementos.

Apresentamos nesta publicação três principais assuntos. O primeiro traz mais referências para a reflexão sobre finanças solidárias e fundos solidários; finanças solidárias como um processo autogerido para que os recursos possam ser mais bem aproveitados, democratizados e cheguem onde é necessário. Trazemos uma série de perguntas sobre fundos solidários, registradas com base nas formações do projeto, mas também nas experiências de educadores da região. O segundo e o terceiro assuntos dizem respeito ao retrato do Centro-Oeste com base em mapeamentos realizados no território nacional entre os anos de 2010 e 2013: um deles é o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies) e o outro é o mapeamento das experiências de fundos solidários. Este último visitou 566 fundos solidários no Brasil.

Há uma grande presença de fundos solidários nos espaços rurais e urbanos, com iniciativas da agricultura familiar e camponesa e de empreendimentos econômicos solidários. Os fundos atendem principalmente à população de baixa renda e aos segmentos mais vulneráveis, com expressiva presença das comunidades quilombolas, assentados da reforma agrária, catadores de materiais recicláveis, indígenas, mulheres, jovens, ribeirinhos, faxinalenses e comunidades tradicionais.

Esperamos que este mosaico sirva para fornecer uma ampla visão do ponto aonde já chegamos. A partir dele temos a possibilidade de desenvolver ações que incidam sobre as políticas públicas no rumo da consolidação da economia solidária e da organização em redes. Os dados mostram o quanto já foi construído no Centro-Oeste, mas também (em comparação com outras regiões) o quanto é preciso avançar! Não restam dúvidas de que as finanças solidárias e, em particular, os fundos solidários são ferramentas primordiais que precisam estar integradas a outros processos de formação, produção, comercialização e incubação, entre outros diversos.



2 **Finanças solidárias como instrumento articulador do processo socioeconômico**



No campo da economia as finanças são o eixo dedicado à gestão dos recursos – geralmente monetários. No geral, o termo diz respeito tanto às instituições e aos mercados, quanto à maneira de gerir e também aos instrumentos envolvidos na transferência de recursos entre pessoas, empresas e órgãos públicos. É parte importante do nosso cotidiano.

As finanças estão presentes na vida em sociedade, seja para o indivíduo ou sua família (finanças pessoais), seja para as empresas e os empreendimentos (finanças privadas), seja para o governo e suas instituições (finanças públicas). A boa gestão financeira é um dos fatores mais básicos para o desenvolvimento de qualquer ação nas esferas citadas anteriormente, garantindo que os recursos necessários não irão faltar, por exemplo, na produção, na comercialização e no consumo.

Na economia capitalista, o principal eixo é a rentabilidade, ou o retorno em cima do capital investido na produção de alguma coisa em forma de lucro. Quanto maior a rentabilidade, maior o grau de sucesso de um empreendimento. Assim, a economia é dividida entre grandes (aqueles que movimentam uma quantidade imensa de capital) e pequenos (aqueles que movimentam volumes bem menores). Na maioria das relações comerciais capitalistas, a máxima rentabilidade vem com a escala, e por isso as empresas cruzam fronteiras para alcançar cada vez mais mercados no planeta. São elas as primeiras



na lista dos negócios com maior garantia de lucro, fato que atrai investimentos de toda a economia (bancos, governos, empregados e consumidores). No centro de todo esse processo está o dinheiro.

O modo capitalista de operar exclui uma ampla parcela da população que não “dá lucro”. Sem condições de oferecer essa garantia, os pequenos produtores amargam a falta de recursos disponíveis para investimento produtivo. Na visão capitalista do mundo, desenvolvimento é igual a “crescimento” constante, e só é recomendável investir em empresas que partilhem da mesma visão. No campo, o crédito rural vai para quem planta monocultura e usa transgênico e veneno, porque é preciso garantir aumento constante da safra ano a ano. Na cidade, o crédito vai para as indústrias de automóveis, eletrodomésticos e as grandes construtoras, porque são as campeãs na geração de empregos e registram movimentação de milhões em dinheiro. Se elas não oferecem risco ao “crescimento”, o juro é mais baixo, o prazo para pagar é maior e a isenção nos impostos é negociável, caso contrário, volte amanhã.

Na visão solidária do mundo, o desenvolvimento que importa é o do ser humano. Interessados em trabalhar e viver com dignidade – em vez de morrer de trabalhar –, as pessoas que escolheram produzir coletivamente e de maneira sustentável precisaram desenvolver tecnologias específicas para gerir seus recursos (monetários ou não). Aqui, boa gestão diz respeito à forma participativa com a qual se decide como o recurso irá fluir para que haja acesso democrático ao crédito e o resultado do trabalho seja o bem viver de todos. Daí a importância de os trabalhadores se dedicarem à pauta da economia solidária.

A soberania do trabalho associado e dos grupos produtivos comunitários sobre suas próprias finanças promove a emancipação humana e a continuidade da vida. Os recursos materiais são para o trabalho produtivo, a comercialização e o consumo local, mas também, e sobretudo, para a reprodução da vida, envolvendo o cuidado entre as pessoas e com o meio ambiente.

Porém, é importante não confundir “finanças solidárias” com “financiamento” da economia solidária. O financiamento diz respeito à garantia e ao acesso a recursos para a execução de uma ação. Por exemplo: como a economia solidária é uma política pública, o financiamento público deve ser garantido para, entre outras coisas, fomento à produção, aquisição de equipamentos e infraestrutura, formação e assessoria técnica. Quando o acesso é assegurado, esse recurso chega às mãos dos empreendimentos, mas não necessa-



riamente faz girar o ciclo das finanças solidárias do empreendimento, rede ou organização comunitária (com investimento, produção, comercialização, consumo e reinvestimento).

Ressalta-se que o ideal é que ambos os modos venham a se complementar, isto é, que o financiamento público cada vez mais chegue a partir das iniciativas de finanças solidárias, quando se trata de economia solidária, uma vez que tais iniciativas chegam com mais eficiência e menos custos, onde a rede bancária oficial não alcança. Aos moldes do que a Cooperação Internacional, no passado vinha praticando com os chamados “Fundos Delegados de Fomento”. As organizações de fomento eram delegadas pelas organizações internacionais para fazer a gestão dos recursos junto às comunidades – definição de critério, orientação a projetos, aprovação e acompanhamentos. Isso ocorreu também aqui na gestão pública brasileira com o “Programa de apoio a projetos produtivos solidários – PAPPS”, gestado pelo BNB, Ministério de Desenvolvimento Social, SENAES e organizações da sociedade civil nos anos 2000.

Para fazer o ciclo das finanças solidárias girar, é preciso pensar e decidir (coletivamente) sobre o impacto do recurso (do investimento) em todas as

etapas do processo econômico. Realizar a auto-gestão financeira como perspectiva de autonomia da comunidade. Os trabalhadores precisam ter clareza de que aquele recurso para a compra de um trator, por exemplo, tem impacto sobre a produção, a comercialização, o consumo e o capital, que deverá ser investido novamente ao final do ciclo. Se não for assim, o ciclo não se fecha, mesmo que cada pessoa do empreendimento consiga (individualmente) retirar um pouco mais de dinheiro na escala da comercialização. A comunidade é, ao mesmo tempo, gestora e beneficiária. A gestão solidária está ligada à visão de desenvolvimento local, comunitária e territorial. Quando a minha comunidade se desenvolve, cada ser humano se desenvolve também.

É importante também não confundir as finanças solidárias com os fundos, os clubes de trocas, as cooperativas de crédito e os bancos de desenvolvimento comunitário. Cada um deles é uma forma diferente de organização e gestão de finanças. A origem das cooperativas de crédito e dos bancos comunitários é semelhante à dos fundos solidários, mas aqueles reúnem serviços bancários, com linhas variadas de crédito a juros abaixo do mercado capitalista, além de seguros, consórcios, correspondência bancária para pagamento de contas e



repassa de recursos dos programas governamentais (Bolsa Família e Pronaf, por exemplo). Os bancos comunitários ainda podem operar com moedas sociais – e nisso eles se assemelham aos clubes de troca. Como o próprio nome diz, os clubes são experiências nas quais as pessoas se juntam para realizar trocas solidárias de produtos, serviços e saberes entre si, utilizando ou não a moeda social.

Os fundos solidários, por sua vez, estão estritamente ligados à peculiaridade de serem (essencialmente) uma estratégia de autogestão comunitária de recursos para um determinado fim. Nessa fórmula, muita coisa é possível, porque os recursos podem ser de natureza extremamente diversa. O recurso pode ser, por exemplo, monetário: o empreendimento ou grupo produtivo precisa de dinheiro para investir na compra de mais matéria-prima e aumentar a produção; então os trabalhadores se organizam para captar esse recurso por meio de poupança, crédito ou doação, investem o dinheiro e fazem o ciclo das finanças girar. Daí também o nome de fundos rotativos solidários, porque o dinheiro segue um ciclo que retorna para ser emprestado novamente.

Mas o recurso pode ser também uma cisterna, sementes crioulas, nascentes, animais, saberes ou serviços. A gestão solidária desses recursos irá implicar diretamente a garantia da irrigação para a agricultura, a diversidade agroecológica, a troca de saberes e serviços sem o uso de dinheiro. Por isso, os fundos solidários não são um fim em si mesmo: eles são uma forma autônoma e sustentável de convivência com a escassez com base na boa gestão dos recursos disponíveis.

Para a Senaes/MTE, os fundos rotativos solidários são estruturas mantidas tanto por organizações da sociedade civil quanto por grupos produtivos comunitários, destinados ao apoio de projetos de produção de bens e serviços. Por meio dos fundos rotativos solidários, investem-se recursos na comunidade por meio de empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas beneficiadas nos projetos. Com isso o financiamento é mais barato e mais acessível para as iniciativas apoiadas, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito e estimulando o desenvolvimento local.

3 **Fundo rotativo solidário: ciclo que gera sustentabilidade**



Agora ficou fácil entender que o fundo rotativo solidário é uma maneira de trabalhar com os recursos na forma de um ciclo, com seu início (investimento), meio (produção, comercialização e consumo) e retorno para reinvestimento no processo. É exatamente isso: o ciclo não tem fim! Ele deve se iniciar e retornar para o fundo, garantindo a continuação permanente do trabalho. Sob esse ponto de vista, o fundo tem um papel pedagógico na relação que desenvolvemos com os recursos, fundamental tanto para a gestão dos empreendimentos e suas redes quanto para o próprio território onde a comunidade está inserida. Mas olhar para a autogestão comunitária de recursos tem alguns pressupostos:

- 1) O recurso que vem de fora (por meio de linhas de fomento, crédito ou doação), muitas vezes via projetos, precisa ser incluído no ciclo e seguir o fluxo inteiro. Este ciclo de produção, comercialização e consumo também precisa reservar uma parcela do recurso para a **MULTIPLICAÇÃO**, sem isso vai faltar recurso alimentar ao próprio fundo rotativo solidário.
- 2) Uma comunidade pode até (aparentemente) não ter “muito dinheiro” circulando; mas, observando com mais cuidado, é possível perceber outros tipos de recursos em **ABUNDÂNCIA** que, se forem trabalhados coletivamente, podem ser mobilizados em regime de mutirão.
- 3) A autogestão coletiva das finanças solidárias exige também clareza nas ações e transparência como condições básicas. É com essa prática que os laços de confiança vão sendo tecidos para que o trabalho coletivo seja sempre voltado ao bem viver e fortaleça a **COMUNHÃO** entre as pessoas.
- 4) O propósito da construção de um fundo rotativo solidário é a **AUTONOMIA** da comunidade para decidir sobre o desenvolvimento local, sustentável e solidário.
- 5) O fundo começa a operar quando algum recurso disponível precisa ser gerido. Mas ele não nasce a partir do dinheiro. O que faz nascer um fundo é a reunião das pessoas em torno da construção de uma estratégia para gerir seu próprio trabalho. Reunir investimentos para o fundo é um passo no caminho da garantia da **SUSTENTABILIDADE** do ponto de vista econômico.

FUNDOS SOLIDÁRIOS (QUADRO)

- ▶ **SÃO GERENCIADOS** pelos próprios **SÓCIOS** – muitas vezes com apoio de uma entidade de apoio, sem fins lucrativos. Existem para ajudar, e não para lucrar.
- ▶ **A CONTRIBUIÇÃO** e a **PARTICIPAÇÃO SÃO VOLUNTÁRIAS**. A não adesão ou pagamento pode levar a pessoa a ser excluída do grupo, mas não tem como consequência o confisco de bens ou a denúncia da pessoa nos serviços de proteção ao crédito (SPC ou Serasa).
- ▶ **NÃO SÃO** uma **ENTIDADE JURÍDICA** (não tem CNPJ) e funcionam sem intermediação de um banco ou outra instituição financeira.
- ▶ **A TRANSPARÊNCIA** fortalece o laço de **CONFIANÇA** entre os participantes.
- ▶ **REGISTROS** são importantes para o dia a dia: **ATA** de reunião; movimentação de **CAIXA** e **SISTEMATIZAÇÃO** da experiência (o registro da história do grupo).
- ▶ É uma prática que **ENVOLVE**, além do repasse de recursos, a organização coletiva e a participação nas decisões sobre o funcionamento do fundo, com formação e capacitação para os associados e os gestores do fundo.



É IMPORTANTE SABER QUE: (QUADRO)

Fundos Rotativos Solidários (FRS)

São formas de **AUTOFINANCIAMENTO COMUNITÁRIO** capazes de garantir a vivência da autogestão e do desenvolvimento local. A comunidade ou os empreendimentos fazem a gestão de uma **POUPANÇA** coletiva. Os recursos são mobilizados (captados) pelos próprios membros (sócios ou contribuintes). Os recursos são **DEVOLUTIVOS**. Essa poupança pode reunir **RECURSOS** de diversas naturezas: **MONETÁRIA** (dinheiro) e **NÃO MONETÁRIA** (sementes, animais, mão de obra, nascentes, ou saberes, por exemplo).

Fundos Solidários de Fomento

São fundos que operam com recursos **NÃO DEVOLUTIVOS**, ou **PARCIALMENTE DEVOLUTIVOS**, ou seja, não é preciso devolver para quem o forneceu ou é devolvido em parte. O recurso empregado é repassado para fomentar projetos produtivos, comunitários e/ou sociais e até mesmo as finanças solidárias. No geral, são gestados por entidades de apoio e fomento, mas também podem ser gestados por redes de organizações comunitárias que trabalham igualmente com Fundos Rotativos Solidários. Existem experiências no Brasil de redes solidárias que fomentam novos fundos rotativos solidários.

Perguntas sobre Fundo Rotativo Solidário

A pergunta tem um papel importante no aprendizado. Ela, juntamente com a curiosidade, produz o conhecimento. Infelizmente, é comum na cultura autoritária, na qual muitos de nós fomos educados, ver a pergunta como sinônimo de 'atrevimento', 'afronta', 'inconveniência' ou mesmo 'burrice', abafando a curiosidade que temos naturalmente desde criança.

Nós, muito pelo contrário, acreditamos que essa é uma das condições para que as pessoas nas comunidades criem soluções para suas dificuldades, aperfeiçoem suas práticas e adquiram autoconhecimento, necessário para promover seu desenvolvimento.

Se as pessoas, as comunidades, os municípios não fazem perguntas sobre sua história, sobre as causas da sua pobreza, sobre as alternativas que podem construir, se não apresentam curiosidade sobre essas coisas, é porque estão muito mal. Dificilmente se desenvolverão. Vivirão sempre à mercê das curiosidades alheias. Não descobrirão nem seus recursos, nem seus limites (MOURA, 1998).

A pergunta muitas vezes coloca a atenção de quem a recebe em algo sobre o que não havia pensado anteriormente. Nesse sentido, promove aprendizado de "mão dupla". Os intercâmbios são exemplos de momentos de aprendizados únicos, ricos de perguntas; neles, um grupo recebe outros para apresentar sua experiência. É o momento no qual se pode perguntar à vontade, observar a prática, comparar as vivências, exercitar bastante a curiosidade.

Dessa forma, buscamos perguntas sobre o trabalho com fundos solidários com os quais nos fomos deparando nos grupos. São dúvidas selecionadas nos momentos formativos realizados tanto pelo projeto quanto pelas educadoras de economia solidária de Mato Grosso: Miguelina Martinha e Dalva Nascimento. Não temos a pretensão de apresentar respostas únicas, mesmo porque o fundo solidário, como metodologia, é a base do que cada comunidade cria, descobre e experimenta em termos de soluções, de acordo com sua realidade. Assim, as respostas aqui dadas são possibilidades de caminho, propõem a reflexão de como isso se aplica à própria realidade e do que o grupo considera justo ou não.

1) Para começar um fundo solidário, de onde vem o recurso?

RESPOSTA – O recurso para o fundo solidário pode vir do investimento do próprio grupo com a realização de eventos, bazares, bingos, ou mesmo da comercialização de produtos doados para o fundo. Diversas estratégias podem ser pensadas: existem fundos, por exemplo, formados pela devolução voluntária de recursos (dinheiro, sementes, animais, materiais de construção) que vieram por intermédio de projetos que beneficiam um número limitado de empreendimentos ou pessoas; nesse caso, os beneficiados reconhecem a estratégia de devolução voluntária como forma de multiplicar o benefício recebido para outros participantes. Existem empreendimentos que já fazem a

previsão dessa devolução para o fundo solidário ainda na elaboração do projeto de captação de recursos como forma de garantir a sustentabilidade do grupo. Outra possibilidade é a doação de recursos de um parceiro especificamente para a formação do fundo; nesse caso, a orientação é que mesmo com esse recurso de doação inicial os participantes façam também um investimento para a formação do fundo, independentemente do valor. Isso é importante para os participantes estabelecerem um vínculo e o compromisso com o fundo.

2) Como formalizar um fundo solidário? Como se faz para o FRS ser jurídico? Tem de ser uma associação?

RESPOSTA – É importante esclarecer que o fundo solidário por si só não é uma entidade jurídica, não é uma instituição financeira¹. O fundo está no campo da autonomia privada e pode até acontecer de o dinheiro ser guardado por um dos associados da confiança do grupo. Neste caso é bom ficar atento se o volume de recurso não implicará em ônus no imposto de renda do associado. No geral, o grupo faz a opção de guardar o dinheiro em uma conta de uma associação para dar maior segurança aos participantes contra qualquer fato infeliz. Há situações onde uma organização de apoio e fomento “empresta” uma conta bancária para a gestão do fundo, enquanto o grupo não se formaliza.

Vale a pena conhecer experiências formalizadas, como a do Conselho Gestor do Fundo Rotativo (COGEFUR) criado na Bahia, onde o objetivo do grupo é, diretamente, a captação e gestão de recursos em um fundo.

Vale ressaltar que a formalização é uma opção válida para aqueles empreendimentos que têm interesse de captar recursos por meio do acesso a editais.

O mais importante é que haja um “acordo de convivência”. Mínimas regras, para que o grupo se identifique e se comprometa. Então, o mais simples e necessário é: um regimento assumido e construído pelo grupo.

¹ O artigo 17 da Lei nº 4.495/1964 diz que instituições financeiras são personalidades jurídicas, públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valores de terceiros.

3) Se o fundo rotativo solidário terminar, o que fazer com o dinheiro que há no caixa?

RESPOSTA – Por “término do fundo” entendemos que, na verdade, a intenção é tratar do “término do próprio grupo”. Essa é uma situação que poderá ser debatida pelo grupo no momento da construção do seu regimento interno. Se assim não for, ainda é o grupo que poderá decidir o que fazer. Há regimentos que preveem que o recurso poderá ser repassado a um fundo de fomento parceiro para apoiar outros empreendimentos. Existem casos em que, por se tratar de uma poupança coletiva formada pelos participantes, entende-se ser justo que o recurso seja dividido entre estes de acordo com sua contribuição.

4) Quando não há dinheiro no fundo solidário, quer dizer que ele não existe?

RESPOSTA – É a formação do grupo que se organiza para criar uma gestão coletiva de recursos que define se o fundo solidário existe ou não. O fundo solidário são as pessoas e a metodologia estratégica que estas resolvem usar, e não o recurso em si a ser movimentado. Para nascer um fundo solidário é preciso a reunião do grupo que decide por constituí-lo. A partir daí o grupo vai em busca do recurso que precisa.

O fundo trabalha com recursos monetários ou não. Pode haver dinheiro, mas ele pode trabalhar também com sementes, animais, serviços, saberes, ou seja, infinitas possibilidades. Há momentos em que o caixa do fundo pode ficar, aparentemente, com pouco dinheiro; mas isso porque ele pode estar emprestado aos seus participantes (contando o tempo de carência para devolução) ou pode estar aplicado em alguma das etapas do processo produtivo (produção, comercialização ou consumo).

Uma boa prática de gestão, é sempre deixar em caixa um valor de reserva. Por exemplo, os Fundos Solidários Uirapuru e Rede UVA no Mato Grosso, fazem empréstimo com até 70% do valor disponível o restante fica como reserva.

5) Quando a pessoa está no grupo, ela contribui para o fundo; quando ela sai quer levar a parte dela, como fica esta relação?

RESPOSTA – Vai depender das regras combinadas entre as pessoas do grupo (e que precisam estar previstas no regimento interno). A pessoa contribui para o fundo solidário primeiro para que este tenha sustentabilidade e possa ter recurso disponível para suas necessidades. Ele é, no geral, formado tanto por mensalidades dos sócios quanto por outras estratégias de captação. Nessa lógica de mensalidade, pode-se fazer a opção da não devolução do recurso do fundo.

Há ainda a possibilidade de previsão de devolução de recurso na porcentagem do que foi investido, como no caso dos Grupos de Auto Poupança e Empréstimo Solidário – Gapes, que trabalha com ciclos e já prevê essa dinâmica de funcionamento. A ideia do recurso não pode ficar ligada somente à poupança ou ao “investimento do dinheiro”, porque se for assim as pessoas vão acabar dizendo: “Eu coloquei mil reais no fundo; agora quero de volta mil e



cem, com os juros". As pessoas que se reúnem para criar um fundo solidário devem estar informadas desde o início do propósito deste e compreender que existem outros valores, custos e riscos envolvidos em um empreendimento econômico solidário. Ele não existe para gerar lucro (rentabilidades) a investidores, existe para apoiar os participantes no desenvolvimento de iniciativas produtivas sustentáveis, para o bem viver de todos.

Outro aspecto a ser ressaltado é que todo projeto que o fundo irá financiar precisa envolver um começo, um meio e um retorno. Mas as pessoas podem chegar no meio do projeto e não estar entendendo mais nada, acharem muito complicado e pedirem o recurso de volta! Bom exemplo para reforçar a importância de agir com clareza e transparência em todos os projetos. Se o processo foi construído com uma boa relação de confiança, não tem por que desfazer os acordos no meio do caminho. Com clareza, o grupo inteiro poderá ter a certeza de como e quando o recurso irá voltar.

6) O que pode ser financiado por esse fundo?

RESPOSTA – O dinheiro pode ajudar naquilo que for necessário às pessoas do grupo: exames médicos, aparelho para tratamento de água, apoio à produção, à comercialização, compra de matéria-prima. Na Rede Unidos Vivendo em Ação (UVA), de Mato Grosso, houve o caso de uma das associações, por exemplo, precisar de R\$ 300,00 para pagar um documento no banco e depois fazer um contrato com a Prefeitura Municipal. Com o documento ela conseguiu ser contratada, e isso os ajudou a pagar o recurso solicitado no empréstimo.

7) Quais registros são importantes?

RESPOSTA – Os registros mais importantes no dia a dia do grupo são as ATAS de reunião (com lista de presença), a movimentação de CAIXA e a SISTEMATIZAÇÃO da experiência (que conta a história do grupo). Esses registros podem ser feitos em cadernos próprios ou mesmo no computador.

8) Como definir os critérios para emprestar o recurso para as pessoas? Como decidir quem tem acesso?

RESPOSTA – Alguns fundos solidários priorizam no seu regimento o empréstimo para projetos produtivos, dessa forma fica mais clara a capacidade de devolução do recurso. As demandas são apresentadas nas reuniões do conselho gestor do fundo, ou verbalmente ou por meio de um pequeno projeto (carta proposta) para fins de registro e controle. Outros fundos estabelecem um rodízio de empréstimos entre seus membros, seguindo uma sequência na qual, se for o caso, a pessoa pode abrir mão da sua vez e passar para outra com necessidades mais urgentes. No geral, um debate coletivo sobre o mérito e a urgência da demanda sempre é feito, para depois autorizar (ou não) o empréstimo.

9) Existem juros no fundo solidário?

RESPOSTA – Existem fundos solidários em que os participantes combinam a devolução do recurso com uma correção monetária com o intuito de atualizar os valores do recurso emprestado. É uma forma também de garantir a sustentabilidade para o fundo, mas isso sempre com taxas de acordo com



a capacidade de pagamento dos participantes e com o que consideram justo. Outra prática comum para a sustentabilidade é o pagamento de mensalidades com valores fixos e iguais entre todas as pessoas, independentemente dos valores do empréstimo.

10) Fundo solidário pode ser um empreendimento econômico solidário?

RESPOSTA – Se a atividade econômica que reúne as pessoas no grupo é a própria ação de gerir recursos e fornecer empréstimos rotativos, sim, dizemos que o fundo é (ele mesmo) um empreendimento econômico solidário (EES). Mas a relação pode ser inversa e o fundo ser criado como estratégia de um grupo produtivo – ou rede de comercialização ou de consumo, por exemplo.

11) Fundo Rotativo Solidário (FRS) é a mesma coisa de microcrédito?

RESPOSTA – Não, ambos têm características diferentes. O microcrédito é uma opção de empréstimo com valores pequenos direcionados ao público de baixa renda ou de determinado ramo de negócio que, no geral, não tem acesso ao crédito convencional. São muitas as iniciativas nesta área. No Brasil, a modalidade mais utilizada é o “microcrédito produtivo orientado” (Lei nº 11.110/2005, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMP), que compreende o apoio a microempreendimentos econômicos por meio da figura do agente de crédito, responsável pelas visitas *in loco*, pela avaliação do perfil socioeconômico do empreendimento e do empreendedor popular, pela análise do crédito solicitado, sua concessão (quando aprovada) e seu acompanhamento posterior. É exatamente aqui que aparece a principal diferença. Nos fundos rotativos solidários as pessoas beneficiadas são também as donas e as gestoras do recurso. São elas também que estabelecem formas de retorno, carências e avaliam a concessão do crédito. Há uma opção por financiar pessoas em processos coletivos, mesmo quando o financiamento é pessoal.

0,11
Água

0,30
MANUTENÇÃO
MÁQUINA

150,00
MÃO DE
OBRA

0,35
TAXA P.
NOTA FIS.

5,93
Tecido

TAXA DE ICMSP
5% NF
0,90

LUZ
0,18

0,13
INSS

0,34
AVIAMENTO

0,77
TRANSPORTE

0,75
PINTURA

10% - PIS - 1,35
20% - Fundo IAV - 2,70
~~17,85~~ → 18,00
CUSTO FINAL

CUSTO TOTAL
13,50
CADA CAMISETA

CUSTO FINAL
18,00

4 **Iniciativas de fundos solidários na Região Centro-Oeste**



O contexto da Região Centro-Oeste

Para o modelo capitalista, a Região Centro-Oeste é considerada desenvolvida economicamente em razão da produção agropecuária, destacando-se na produção de soja, milho, arroz, feijão, sorgo, algodão e tomate, bem como na expressiva criação de animais, especialmente bovinos de corte e leite, além de hortigranjeiros. Devido ao avanço dessas produções, os biomas desta região – Amazônia, Cerrado e Pantanal – encontram-se em situação crítica, com seus solos e águas contaminados devido à agressiva utilização de defensivos químicos e agrotóxicos.

O ecossistema da região é marcado ainda pela diversidade sociocultural, econômica e demográfica, com grandes diferenças entre os três estados e o Distrito Federal. O aumento da população e a construção de estradas e ferrovias foram intensos. Hoje, a taxa de urbanização da região é de 81,3%, sendo a segunda maior região brasileira em território. Tem uma área de 1.606.371.505 km², uma população de 14.058.098 habitantes e 467 municípios (IBGE, 2010). É uma região pouco povoada, com uma densidade demográfica de 8,26 hab./km². Goiás é o estado mais populoso, com maior quantidade de municípios, seguido de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Apesar da grande diferença em relação à extensão, o Distrito Federal possui número de habitantes próximo ao do Estado de Mato Grosso do Sul. No quadro a seguir apresentamos o perfil da região por UF.



Informações	MS	MT	GO	DF	Centro-Oeste
CAPITAL	CAMPO GRANDE	CUIABÁ	GOIÂNIA	BRASÍLIA	
População (2010)	2.449.024 hab.	3035122 hab.	6.003.788 hab.	2.570.160 hab.	14058098 hab.
Municípios	79	141	246	1 (dividido em 31 regiões administrativas)	467
Área (2015)	357.145,534 km ²	903.198,091 km ²	340.110,385 km ²	5.779,999 km ²	1.606.371.505 km ²
Bioma presente	Pantanal Cerrado	Pantanal, Cerrado e Amazônia	Cerrado	Cerrado	Cerrado, Pantanal e Amazônia

Fonte: IBGE

De acordo com o Ibama, o Cerrado é o segundo colocado na lista dos biomas cuja biodiversidade está ameaçada de extinção, perdendo apenas para a Mata Atlântica. Segundo a Rede Cerrado, 57% dos seus 204 milhões de hectares já foram completamente destruídos, e metade do bioma remanescente está descaracterizada pela ação humana. Ele é reconhecido como a savana mais rica do mundo, abrigando 11.627 espécies de plantas nativas já catalogadas, sendo 330 de uso da medicina popular. Apresenta somente 8,21% de seu território legalmente protegido por unidades de conservação. Pelo menos 137 espécies de animais que ocorrem no Cerrado estão ameaçadas de extinção. Carrega vários títulos, dentre eles o de “celeiro do mundo”, por causa da produção de grãos para exportação, mas também outro de grande importância: “berço das águas do Brasil”. Suas 19.864 nascentes (23% das nascentes do país) são responsáveis por abastecer 1.500 cidades de 11 estados brasileiros (REDE CERRADO). Suas águas são responsáveis pela geração de energia usada por nove a cada dez brasileiros. As maiores agressões a esse bioma iniciaram-se na década de 60 do século passado, com a construção de Brasília e o “desenvolvimento” da Região Centro-Oeste.

É um bioma caracterizado também pela presença de comunidades extrativistas, indígenas, quilombolas e de pequenos produtores agroextrativistas, dentre tantas outras que vêm conservando, de forma efetiva, grande áreas naturais por gerações porque estabeleceram uma relação de harmonia com o local onde vivem. Destaca-se a grande presença dos povos indígenas.

Segundo a Funai,² o Centro-Oeste é a terceira região do país com maior concentração de indígenas, sendo que Mato Grosso do Sul reúne 56% da quantidade total. É onde também esses povos vêm resistindo contra a invasão de suas terras por fazendeiros desde a época da colonização (século 19), sendo um dos casos atuais mais emblemáticos o massacre dos Guarani Kaiowás.

Ao mesmo tempo em que existem práticas de degradação do meio ambiente e da vida, existe a resistência do povo, das comunidades originárias, que, em sintonia com o ambiente por inteiro, vão cuidando uns dos outros nas suas mais diversas expressões. É preciso perceber e valorizar a pequena produção familiar e o extrativismo como aliados da conservação e as populações do Cerrado como seus verdadeiros protetores. Privilegiar um novo modelo de desenvolvimento e de organização da sociedade que transforme os esforços locais e regionais em benefício da comunidade é o desafio dos movimentos e das organizações que valorizam o Cerrado como espaço de (con)vivência, preservação, lutas e resistência.

Dados da economia solidária no Centro-Oeste

Apresentamos a seguir os dados do último mapeamento realizado no país entre os anos de 2009 e 2013. Atualmente, o Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies) foi substituído pelo Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol). Trata-se de uma plataforma *on line* na qual os empreendimentos econômicos solidários (EES) fazem a sua auto-declaração. Com um formulário mais enxuto, uma comissão do estado valida as informações e coloca para consulta pública o pedido. O Cadsol é um instrumento da política pública que tem por objetivo dar reconhecimento público aos EES, favorecer a visibilidade da economia solidária, apoiar a articulação em rede e os arranjos produtivos, substituir a base nacional de dados, além de subsidiar a formulação de políticas públicas e de um marco jurídico adequado.

2 Fundação Nacional do Índio (funai.gov.br).

O Cadsol é conquista e é direito dos EES. Você pode consultar se o seu EES já está na base de dados ou fazer sua autodeclaração no:
www.cadsol.mte.gov.br

Dos dados do Sies da amostra finalizada em 2013 foram validados no Brasil os questionários de 19.708 empreendimentos econômicos solidários. Destes, 10% estão concentrados no Centro-Oeste – foram 786 EES revisitados, sendo 1.235 visitas a grupos que não participaram da pesquisa no primeiro momento (2007).

Distribuição entre EES no Centro-Oeste

UF	2007	2013
DF	386	246
GO	737	843
MT	340	638
MS	747	294
Total	2.210	2.021

Fonte: Sies (2013)

Grande parte desses grupos está na área rural, conforme quadro a seguir:

Área de atuação	Rural	Urbana	Misto	Total
Distrito Federal	45	197	4	246
Goiás	545	115	183	843
Mato Grosso	406	163	69	638
Mato Grosso do Sul	86	195	13	294
Centro-Oeste	1.082 (54%)	670 (33%)	269 (13%)	2.021

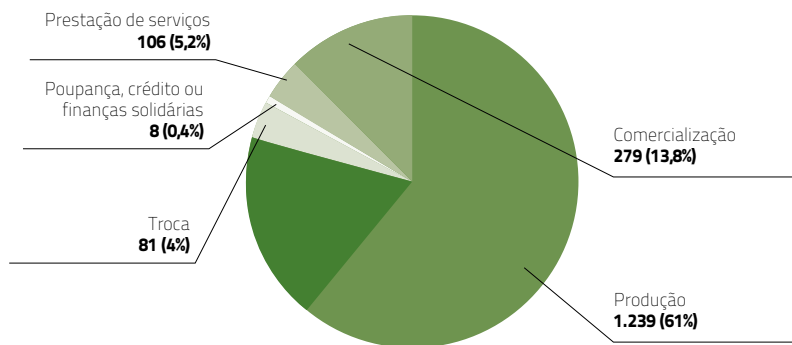
Fonte: Sies 2013 – Área de atuação do EES

A formalização como associação é uma das principais opções para os EES. Outra opção ainda em destaque é a informalidade, por falta de uma forma adequada de formalização que reconheça os empreendedores coletivos. O cooperativismo deveria ser a personalidade jurídica mais adequada, porque não tem fins lucrativos, e sim fins econômicos. Este não é visto como boa opção devido à alta taxa de imposto cobrada das cooperativas.

Formas de organização	2007	2013
Associação	1.255	1.307 (64,7%)
Grupo informal	743	524 (25,9%)
Cooperativa	178	175 (8,7%)
Sociedade mercantil	34	15 (0,7%)
Total	2.210	2.021

Fonte: Sies 2013 – Forma de organização

Quanto à atividade econômica principal, o mapeamento demonstra que a maior parte dos empreendimentos é de produção, e que as comunidades e os empreendimentos da região têm pouco acesso a serviços financeiros via finanças solidárias.



Quanto ao perfil do público, 43,1% dos EES têm sócios com predominância de pessoas na cor parda, conforme os quadros a seguir:

Região	Branca	Preta	Amarela	Parda	Índigena	Ignorado	Não há predominância	Total
Centro-Oeste	426 (21,1%)	121 (6%)	11 (0,5%)	871 (43,1%)	59 (2,9%)	8 (0,4%)	525 (26%)	2.021
Nacional	4.158 (21,1%)	1.543 (7,8%)	129 (0,7%)	8.958 (45,5%)	194 (1,0%)	125 (0,6%)	4.601 (23,3%)	19.708

Fonte: Sies 2013 – Cor ou raça predominante dos sócios dos EES

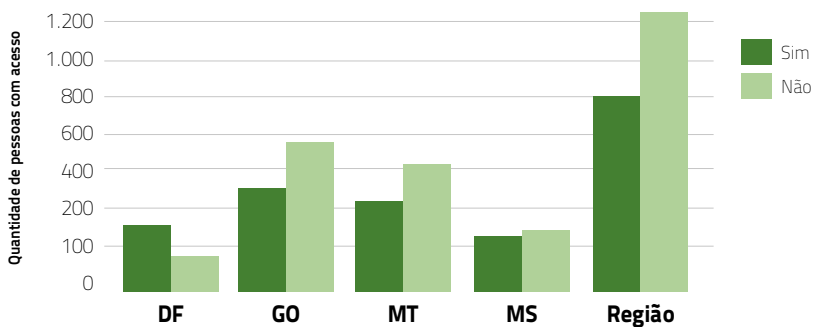
As categorias sociais mais representativas na região são agricultores familiares (47,3%), seguido por artesãos (21,2%) e assentados da reforma agrária (14%). O quadro abaixo apresenta as categorias por estado e Distrito Federal.

	DF	GO	MT	MS	Região
Agricultores familiares	34	557	294	71	956
Artesãos	130	44	118	136	428
Artistas	12	18	3	0	33
Assentados da reforma agrária	1	166	111	6	284
Catadores de material reciclável	12	13	5	4	34
Garimpeiros ou mineiros	0	0	3	1	4
Técnicos, profissionais de nível superior	0	10	2	1	13
Outros trabalhadores autônomos / por conta própria	12	17	39	29	97
Desempregados (desocupados)	1	3	8	10	22
Não se aplica ou não há predominância	44	15	55	36	150

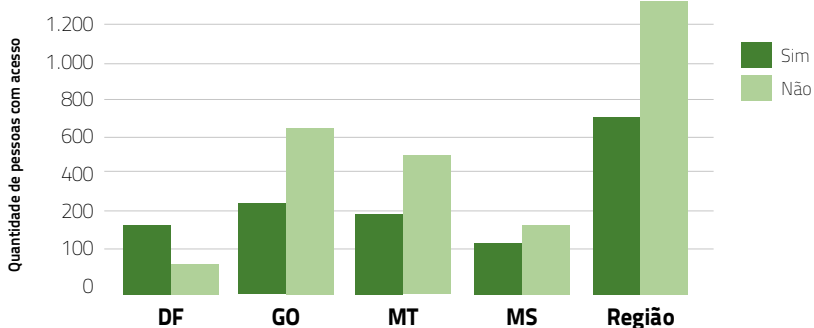
Fonte: Sies 2013 – Categoria dos sócios e sócias

Quanto aos dados relacionados à inclusão digital, os empreendimentos da região precisam de políticas de democratização do acesso a tecnologias da informação. Somente 40% dos EES da região têm acesso a computador, e 35% têm acesso à internet. Esta poderia ser uma variável para melhorar as condições de trabalho e aprendizagem dos associados. Consideram-se incluídas digitalmente as pessoas que têm acesso a dispositivos para conexão, acesso à rede e sabem utilizar as ferramentas.

Tem acesso a computador?



Tem acesso à internet?



Conforme o quadro a seguir, a grande maioria dos EES foi criada num contexto de busca por uma fonte de renda complementar para os associados (1.282 EES), para obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo (1.126 EES) e em terceiro lugar como alternativa ao desemprego (892 EES). Isso mostra que o contexto socioeconômico da região, no qual predomina o agronegócio, não garante melhores condições de vida para a população local.

	DF	GO	MT	MS	Região
1. Uma alternativa ao desemprego	138	387	236	131	892
2. Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo	96	695	282	53	1126
3. Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as)	142	579	390	171	1282
4. Desenvolvimento de uma atividade onde todos são donos	133	405	259	78	875
5. Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica	78	98	94	18	288
6. Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	11	256	217	6	490
7. Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu	8	26	8	11	53
8. Motivação social, filantrópica ou religiosa	94	84	79	60	317
9. Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades	87	229	195	49	560
10. Alternativa organizativa e de qualificação	60	107	109	56	332
11. Incentivo de política pública (governo)	23	111	93	18	245
12. Organização econômica de beneficiários de políticas públicas	13	70	57	17	157
13. Fortalecimento de grupo étnico	20	213	113	16	362
14. Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	21	45	71	9	146
15. Outro. Qual?	27	60	39	62	188

Fonte: SIES – 2013 – Motivo da criação do empreendimento

Outro dado que chama a atenção é relativo às políticas públicas da região – 12% (245) EES têm como motivo para sua criação incentivo do poder público e 7,8% (157) EES são organizações de beneficiários de política pública. O Soltec fez uma análise da política pública federal da economia solidária entre os anos 2003 e 2010. O relatório aponta que o Centro-Oeste é a região que comparativamente menos recebeu investimento e ações de projetos de apoio e fomento, conforme a tabela a seguir.

Distribuição dos recursos investidos nos projetos por abrangência nacional e regional (2003-2010)

Abrangência	Projetos	%	R\$	%
Nordeste	135	31,00	38.242.988,60	19,00
Sudeste	99	23,00	40.847.739,60	20,00
Sul	73	17,00	23.624.286,70	11,00
Norte	35	8,00	22.383.075,20	11,00
Centro-Oeste	26	6,00	10.898.380,70	5,00
Nacional	67	15,00	70.281.870,61	34,00
Total	435	100,00	206.278.341,41	100,00

Fonte: Pesquisa Senaes – Soltec/UFRJ, 2011

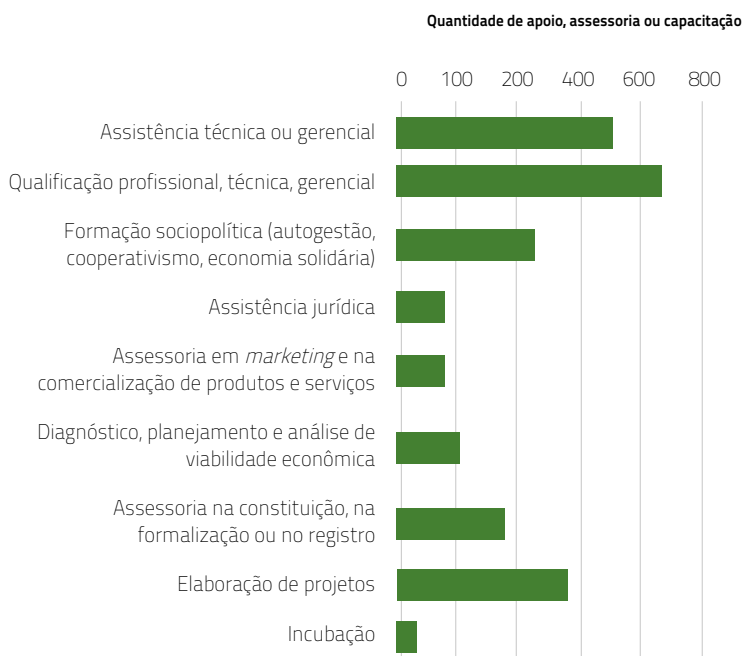
Ao serem perguntados se nos últimos 12 meses houve investimentos no EES, 25% dos grupos da região responderam que sim. Os tipos de investimentos realizados são: 1. infraestrutura física (53%); 2. aquisição de equipamentos (52%); 3. ampliação de estoque (16%); 4. capacitação de mão de obra (12%); 5. comunicação/divulgação (8%); outros tipos de investimentos (8%); 6. abertura de espaços de comercialização (2%) e abertura de filiais (0,78%).

Em relação ao acesso a crédito, 78% dos grupos afirmam que nos últimos 12 meses não buscaram crédito ou financiamento. Este perfil de mais da metade dos grupos não terem buscado crédito também é apresentado nos estados individualmente.

	Não buscou crédito ou financiamento	Buscou e obteve crédito	Buscou crédito ou financiamento e não obteve	Total EES
DF	219	13	14	246
GO	647	46	150	843
MT	467	45	126	638
MS	251	16	27	294
Região	1.584	120	317	2.021

Fonte: Sies 2013 – Se o EES teve acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses

Quanto à necessidade de financiamento, 78% EES afirmam que necessitam de investimentos. Casado ao financiamento é importante o assessoramento técnico. Quanto ao acesso dos EES a algum tipo de apoio, assessoramento técnico ou capacitação, percebe-se uma grande demanda da região para o desenvolvimento da economia solidária. No geral, é preciso desenvolver vários campos, tanto políticas públicas quanto incubadoras e mesmo entidades de apoio e fomento.



Fonte: Sies – 2013 – Se o empreendimento teve acesso a algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação

Somente 27% desse grupo mapeado no Centro-Oeste declarou estar inserido em alguma rede ou fórum. Entretanto, 57% dos EES da região afirmam participar de algum movimento popular, social ou sindical. Neste dado destaca-se Goiás, com 65% de envolvimento com alguma causa social, e Mato Grosso do Sul, com 39%. Ainda em relação à região, 41% dos EES participam ou desenvolvem alguma ação social ou comunitária.

Dados dos fundos solidários no Centro-Oeste

No mapeamento realizado pelo Projeto de Apoio às Ações e Iniciativas de Finanças Solidárias com Base na Organização de Fundos Rotativos Solidários na Região Centro-Oeste, realizado pelo Programa Providência de Elevação da Renda Familiar conveniado com a Senaes/MTE, em 2011 e 2012, foram coletados dados nas organizações que trabalham com fundos solidários – as entidades gestoras e as entidades de apoio e fomento.

Foi construído um banco de dados nacional que preserva informações preciosas, como contribuição dos fundos solidários para a história da economia solidária na região e no Brasil. Hoje temos também a possibilidade de atualizar esse mapeamento a partir da base de dados do Cadsol. Entretanto, assim como o mapeamento dos fundos não conseguiu traduzir em dados e números a riqueza das vivências e dos relatos dessas experiências, ele também não dá conta dessa dimensão. Considera-se essa ferramenta importante para o reconhecimento dessas iniciativas como sujeitos da política pública.

Vale ainda ressaltar que o mapeamento dos fundos solidários mostra uma realidade de iniciativas maior que as alcançadas pelo mapeamento do Sies/2013. Considera-se que o mapeamento do Sies captou apenas uma parte da realidade, dentre outros motivos, porque essas iniciativas, mesmo dentro do movimento de economia solidária, não tinham tanta visibilidade como existe hoje a partir do apoio da política pública federal; outro motivo possível é que sendo atividade meio, nem sempre está em evidência no grupo. Além disto, há ainda seu caráter de iniciativa que busca dar conta de uma realidade de dificuldade de acesso, inclusive a políticas públicas.

O mapeamento trabalhou com duas caracterizações para as organizações que trabalham com fundos solidários:

ORGANIZAÇÕES GESTORAS DE FUNDOS SOLIDÁRIOS

São aquelas organizações (formais ou informais) que operacionalizam o fundo solidário na base.

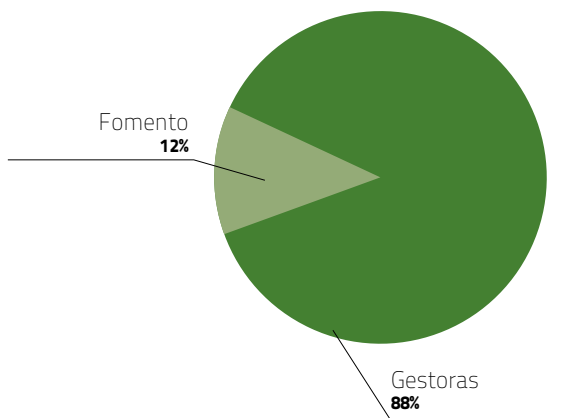
ORGANIZAÇÕES DE APOIO E FOMENTO AOS FUNDOS SOLIDÁRIOS

São aquelas organizações formalizadas que fornecem subsídios, sejam eles financeiros ou técnicos, para que o fundo solidário seja criado e mantido.

Ambas as caracterizações faziam na época uma distinção clara entre fundos solidários gestados pela base comunitária, também chamados de fundos rotativos solidários, e fundos solidários gestados por organizações de apoio e fomento. Temos atualmente experiências em curso tanto no Centro-Oeste quanto nas demais regiões do país, experiências de redes de fundos gestados pela comunidade que tanto operacionalizam os empréstimos com retornos quanto fornecem subsídio técnico e financeiro sem retorno. Nestas é comum um fundo que reúne várias associações e estas terem fundos gestados entre os associados de cada organização da rede.

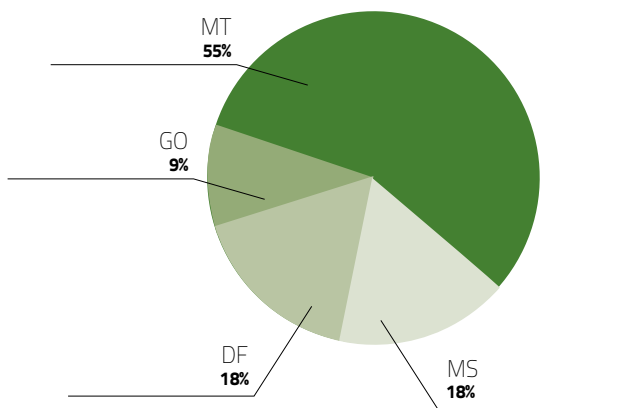
Organizações de apoio e fomento x organizações gestoras

É importante observar a superioridade numérica das organizações gestoras em relação às organizações de apoio e fomento. Isso reflete a diversidade e a capilaridade das entidades gestoras, chegando realmente às comunidades mais diversas. Ao mesmo tempo fica o grande desafio das entidades de apoio e fomento para apoiar e subsidiar as gestoras.



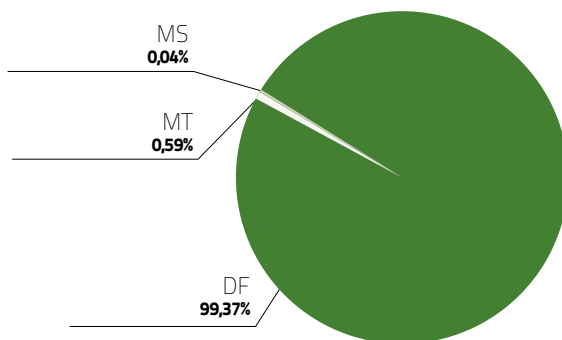
Distribuição dos fundos solidários por organizações de apoio e fomento por estado

É significativa a participação de MT na contagem geral da região, visto que concentra em seu território mais de 50% das organizações de apoio e fomento.



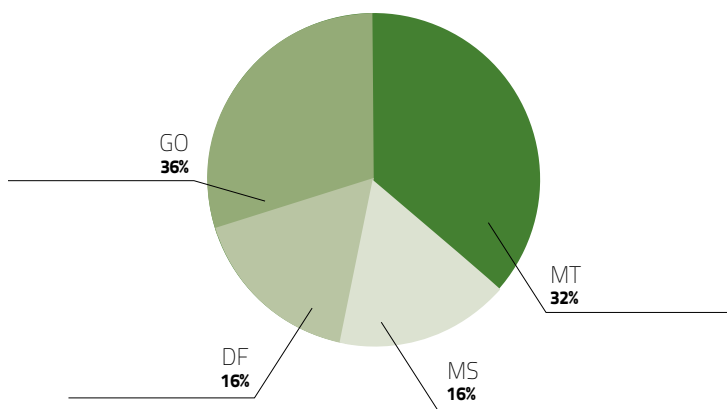
Distribuição dos recursos dos fundos solidários por organizações de apoio e fomento por estado

Recursos repassados (R\$)



Do total dos recursos repassados pelas organizações de apoio e fomento, o valor de R\$ 35 milhões oriundo do Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) corresponde a 99,37% do total, restando apenas 0,63%, que é dividido entre Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Essa é uma situação adversa e que não favorece uma leitura da realidade do Centro-Oeste, uma vez que o FNS é uma ação nacional, mas com sede no Distrito Federal. Ainda que não identificado o registro de valores para o Estado de Goiás, mesmo constando uma entidade com esse perfil e não apresentando recursos financeiros, a entidade presta assessoria, formação e orientação aos empreendimentos de economia solidária que acompanha.

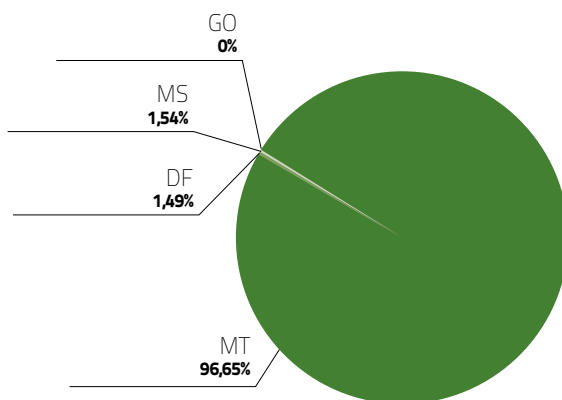
Distribuição dos fundos solidários nas organizações de gestão por estado



No Estado de Goiás foram registrados 29 fundos. No entanto, 11 deles estão nas chamadas cidades do entorno do Distrito Federal (Novo Gama, Luziânia, Valparaíso, Águas Lindas, Cidade Ocidental, Planaltina de Goiás), sendo acompanhadas e animadas pela assessoria de entidades do Distrito Federal. Esse registro é importante, pois podemos considerar a existência desses fundos como resultado dos esforços do DF.

Distribuição dos recursos dos fundos solidários por organizações de gestão por estado

Conforme explicitado no gráfico das organizações de apoio e fomento por estado, Mato Grosso concentra a grande maioria dessas entidades, e em relação à distribuição de recursos por estado, também é ali a maior concentração, ficando com 96,65%.



Em relação à distribuição dos fundos por organizações de gestão, é importante destacar a atuação da Cáritas Diocesana de Rondonópolis – MT, que desde o início de suas ações registrou uma aplicação de mais de R\$ 20 milhões na construção de casas para as famílias atendidas pela instituição naquela cidade. O relato a seguir demonstra como, em razão de uma calamidade, a solidariedade da sociedade civil nacional e internacional se fortalece.

Na tragédia, a solidariedade cria soluções inovadoras – nasce um fundo solidário

Houve uma enchente em Rondonópolis em 1977. Muitas famílias ficaram alojadas na feira da Vila Aurora. Pe. Lothar sentiu o chamado de Cristo de ajudá-las na construção de suas casas. Conseguiu apoio da Prefeitura Municipal, que doou os terrenos, e da Cáritas Nacional, que deu recursos financeiros. Este projeto continua até hoje. Surgiu como consequência da enchente. Inicialmen-

te recebemos recursos do exterior e da Cáritas Brasileira. Hoje a comunidade mantém o fundo. No ano de 2010 foram construídas 51 casas, em 2011 foram 47, e em 2012 foram 37 novas casas entregues. Para 2013 estão previstas trinta casas para serem construídas.

Sobre o total dos recursos financeiros

Organizações gestoras

Estados com fundos solidários	Número de fundos solidários	Número de municípios com fundos solidários	Número de participantes	Recurso repassado (R\$)
Distrito Federal	13	1	575	315.350,00
Goiás	29	10	437	68.270,00
Mato Grosso	13	48	3.636	326.900,35
Mato Grosso do Sul	26	36	3.911	20.467.550,00

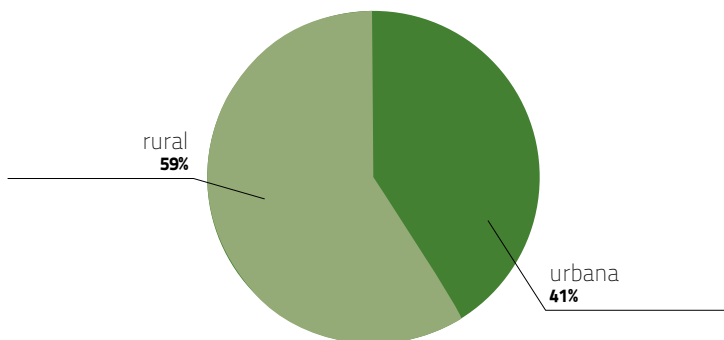
Organizações de apoio e fomento

Estados com fundos solidários	Número de fundos solidários	Número de municípios com fundos solidários	Número de participantes	Recurso repassado (R\$)
Distrito Federal	2	1	260.000	35.000.000,00
Goiás	1	12	0	0,00
Mato Grosso	2	15	520	15.000,00
Mato Grosso do Sul	6	40	22.828	208.152,36

No que diz respeito às organizações gestoras, é importante ressaltar que Mato Grosso, tendo um fundo focado na construção de moradias, por si só tem um volume de recursos maior que outros fundos destinados a pequenas iniciativas, fazendo com que o volume de recursos seja proporcionalmente maior que o volume de recursos das demais unidades da Federação. Em contraposição, Mato Grosso do Sul, que detém o segundo maior volume de recursos, tem expressivamente maior o número de participantes.

Em relação às organizações de fomento e apoio, é importante afirmar que o Distrito Federal tem o Fundo Nacional de Solidariedade (coordenado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB), que atende para além da região. Isso causa um impacto expressivo nos dados, não significando que todo o recurso seja investido somente na Região Centro-Oeste.

Área de atuação dos fundos (rural ou urbana)



É interessante observar que no Centro-Oeste a presença dos fundos solidários na área urbana é bastante significativa, não se restringindo apenas à zona rural, diferente da realidade de outras regiões do país, que têm concentração na área rural.

Sobre a fonte de recursos para organizações de fomento e apoio

O mapeamento apontou as seguintes fontes de recursos para fomento e apoio aos fundos solidários na região:

- ▶ Campanha da Fraternidade;
- ▶ Campanha de Evangelização;
- ▶ bazares;
- ▶ outras doações;
- ▶ Instituto Sociedade População e Natureza (ISPNI);
- ▶ Fundação Doen;
- ▶ Cooperação Internacional – Rondonópolis.

Também foram apontados os principais serviços que as organizações de fomento e apoio oferecem aos fundos solidários apoiados/fomentados:

- ▶ assessoria técnica/visitas de acompanhamento;
- ▶ formação/capacitação;
- ▶ captação de recursos;
- ▶ apoio administrativo;
- ▶ marketing/divulgação/comunicação.

Além dos principais serviços prestados pelas organizações de fomento e apoio, o mapeamento também identificou os principais resultados do seu trabalho:

- ▶ fortalecimento das práticas de produção extrativista;
- ▶ experiência de se organizar em grupo;
- ▶ aumento na produção e na comercialização;
- ▶ melhorias na infraestrutura dos empreendimentos;
- ▶ adequação sanitária de produção;
- ▶ melhoria na identidade visual dos grupos;
- ▶ crescimento coletivo (senso do comunitário);
- ▶ mais dignidade aos envolvidos;
- ▶ consciência da pessoa como cidadã.

- geração de renda;
- resgate da cultura indígena;
- valorização da vida;
- preservação ambiental;
- cursos técnicos e de capacitação;
- protagonismo dos grupos de excluídos;
- apoio à formação dos agentes de pastoral das igrejas;
- apoio aos centros de tratamento de dependentes químicos;
- apoio à casa de idosos.

Foram listadas ainda as principais dificuldades enfrentadas pelas organizações de fomento e apoio aos fundos solidários:

- recurso para ampliar o fundo de solidariedade;
- técnico para acompanhar os projetos atendidos;
- poucas linhas e programas de apoio;
- falta de prestação de contas dos grupos apoiados;
- falta de continuidade dos projetos;
- falta de pessoas profissionalmente qualificadas.
- descontinuidade das pessoas que atuam nas atividades comunitárias.
- falta de apoio financeiro aos fundos solidários para o fortalecimento das experiências já existentes;
- o tempo de realização de um projeto gira em torno de um ano, muitos geram ações de continuidade e outros são pontuais.

A pesquisa apresenta os principais resultados da atuação das organizações de gestão:

- manutenção do espaço físico, onde funciona a Central de Comercialização de Economia Solidária;
- ajuda de custo para pessoas do administrativo;
- disponibilidade do fundo solidário;
- aumento do fundo por meio de acréscimo em cima do valor emprestado;

- ▶ necessidade de fortalecer o fundo encaminhando um projeto para o Fundo Diocesano de Cuiabá;
- ▶ construção de grupo da economia solidária/organização do grupo;
- ▶ alimentação mais saudável;
- ▶ unidade do grupo;
- ▶ maior participação de encontros e eventos;
- ▶ descoberta dos seus deveres e de seus direitos.
- ▶ fortalecimento das Pastorais e dos movimentos sociais;
- ▶ aquisição da sede em comodato/ espaço de formação;
- ▶ vivência do espírito ecumênico;
- ▶ prática da educação popular;
- ▶ preservação do meio ambiente;
- ▶ aquisição de outras máquinas;
- ▶ facilidade de comprar matéria-prima com valor mais baixo;
- ▶ intercâmbio para troca de experiências;
- ▶ responsabilidade das pessoas (não gera dependência);
- ▶ incentivo à comercialização e aumento da renda familiar;
- ▶ práticas de solidariedade, como empréstimo a outros grupos;
- ▶ segurança alimentar;
- ▶ construção de casas/moradias.

As principais dificuldades das organizações de gestão:

- ▶ valor insuficiente para cobrir o total das despesas em alguns meses do ano, ocasionado pela queda das vendas;
- ▶ ao longo dos anos, os integrantes discordam do aumento do percentual, preferindo cotizar a diferença quando necessário;
- ▶ poucos recursos para atender à demanda dos grupos;
- ▶ transportes para locomoção dos produtos para as feiras;
- ▶ divulgação dos espaços;
- ▶ apoio técnico na certificação dos produtos;
- ▶ falta de apoio dos governos;
- ▶ falta de recursos financeiros para atender às comunidades rurais;
- ▶ falta de recursos para formação de novos de novos assessores;
- ▶ falta de estrutura física em condições dignas;

- falta de uma prensa com maior potencialidade.
- falta de recurso para aumentar o fundo
- falta de um ponto fixo para comercialização;
- mudança de monocultura do leite para diversificada;
- cultura do individualismo;
- devolução do empréstimo, que não aconteceu totalmente;
- medo de pegar o recurso e não conseguir devolver;
- necessidade de assessoria técnica.

As organizações de gestão dos fundos solidários também apresentaram as principais fontes de recursos para os fundos solidários:

- venda de produtos;
- doações de pessoas físicas;
- cotização entre os membros do grupo/participantes;
- apoio de organizações internacionais;
- apoio de organizações nacionais.
- apoio dos Fundos Diocesanos de Solidariedade (entidades de fomento);
- apoio de paróquias;
- repasse do poder público;
- heranças;
- bazares.

Foi possível identificar ainda as principais atividades ou bens que os fundos solidários financiaram nos anos de 2010 e 2011:

- matéria-prima para produção de artesanatos;
- o recurso foi investido em pagamento de água, luz, telefone e transporte/ passagens;
- o fundo é só de manutenção dos equipamentos de trabalho;
- foi investido na montagem de uma cozinha – fogão e utensílios para fabricação de pães e biscoitos;
- o recurso foi usado para compra de ração, pintinho, tela, arame, material de construção para cerca elétrica, matrizes reprodutores suínos, mandio-

cal, bomba, triturador para ração, máquina de costura, mudas de bananas, sementes e matéria-prima para confecções;

- ▶ o fundo foi investido na ampliação da casa de sementes;
- ▶ aquisição de panelas, vidros e açúcar para produção dos doces;
- ▶ com o recurso recebido foram comprados materiais para os cursos de capacitação, nos quais cada participante confeccionava dois produtos, deixando um para o fundo e outro para a pessoa;
- ▶ aquisição de matéria-prima para construção de casa, como: tijolos, cimento, areia, telhas, entre outros;
- ▶ os recursos são utilizados para o bem comum, as contribuições e as doações destinadas ao fundo são utilizadas em viagens de representação (hospedagem, alimentos e transporte), saúde (remédios, médico e transporte) e para cobrir despesas da associação. Os produtos da plantação e da criação de animais são usados coletivamente por todos, e seus custos são providos por todos e também pelo fundo, quando necessário.

Sobre a FORMA DE DEVOLUÇÃO do fundo solidário:

- ▶ em dinheiro;
- ▶ em produtos: repasse de animais, de sementes (formando os bancos de sementes).

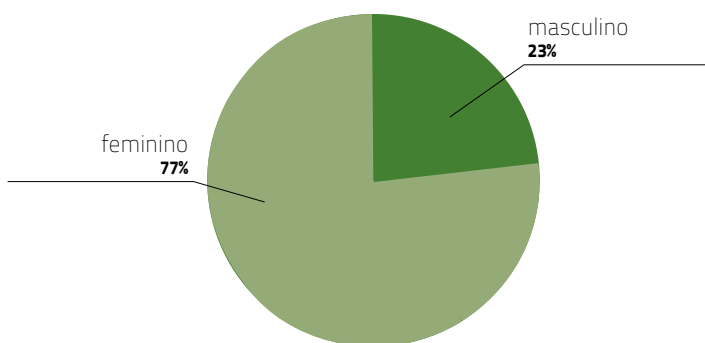
Destino da DEVOLUÇÃO VOLUNTÁRIA:

- ▶ já vai direto para outras famílias, é um giro;
- ▶ o grupo informal dos participantes (conta de pessoa física);
- ▶ investimentos em infraestrutura, utensílios, formação e capacitação;
- ▶ os valores devolvidos são depositados na conta da associação em uma conta exclusiva do fundo.

Como é feita a GESTÃO do fundo solidário:

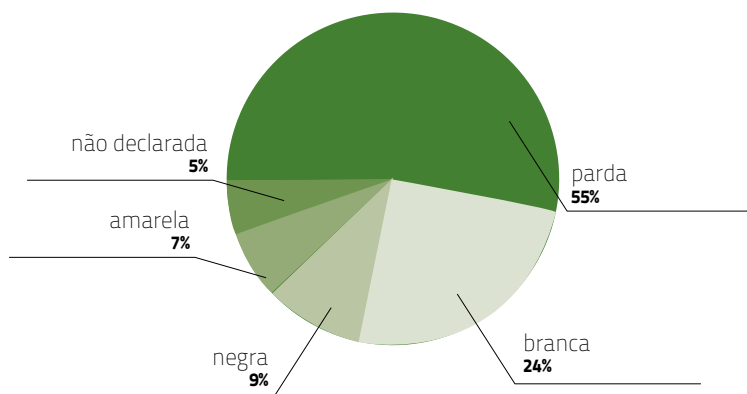
- busca-se uma gestão participativa com a prática de processos político-administrativos em definição;
- os registros de empréstimos são, em certa medida, formais e documentados.
- o monitoramento e a avaliação ainda são práticas em construção e carecem de melhor atenção.

Sobre o GÊNERO dos participantes dos fundos solidários na Região Centro-Oeste:



É bastante significativa a presença das mulheres nos fundos solidários. Assim, com a economia solidária algo novo se faz presente, mostrando um contraponto ao mundo das finanças oficiais, em que geralmente as mulheres são a minoria. Nos fundos solidários, nas finanças solidárias, é o contrário, pois são as mulheres que têm garantido o cuidado com as finanças domésticas e comunitárias e buscado soluções criativas e eficazes na construção de outra economia, cuidadosa e respeitosa e a serviço da vida, em contraponto com a busca pelo lucro a qualquer preço.

Sobre a RAÇA dos participantes:



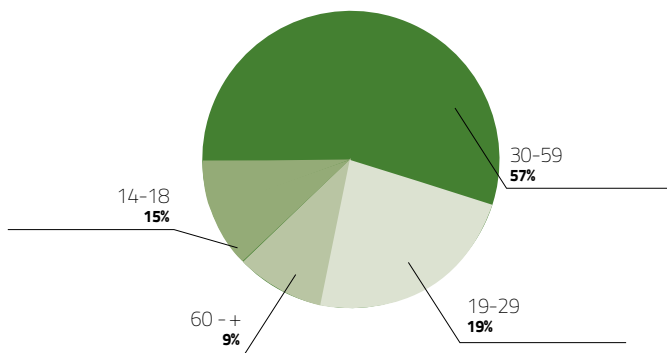
É importante observar que a grande maioria dos participantes se declara de cor parda, se somado àqueles que se autodeclararam de cor negra, tem-se mais de 60% da amostra, seguidos pelos que se autodeclararam de cor branca.

Em relação às pessoas da raça negra, vale ressaltar, conforme o box a seguir, que a prática dos fundos solidários entre as comunidades remanescentes de quilombos é uma prática antiga, anterior inclusive à denominação.

Você sabia que em Iaciara (Goiás) os fundos solidários existem desde 1924 no cotidiano dos quilombos?

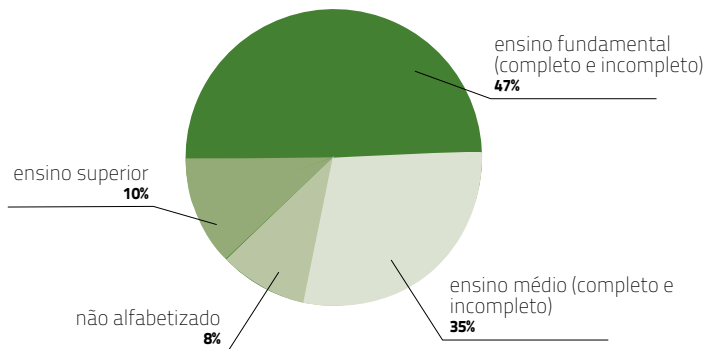
A experiência foi vivenciada por uma comunidade de remanescentes quilombolas dividida em duas localidades bem próximas geograficamente – cerca de 1 km: Levantado, com 14 famílias, e Extrema, com 24 famílias, na cidade de Iaciara-Goiás. O quilombo tem uma vida econômica solidária comunitária. Em 2004 organizou-se em uma associação formalmente constituída. As práticas do dia a dia dessa comunidade se traduzem em uma forma de fundo solidário, sendo esta a mais antiga iniciativa na região (1924) – Associação dos Pequenos Produtores Rurais dos povoados Extrema e Levantado (Apel), Iaciara-GO.

Sobre a IDADE dos participantes dos fundos solidários no Centro-Oeste:



Em relação à faixa etária, a maioria (57%) é de adultos, seguidos de jovens. É interessante observar que os idosos de 60 anos ou mais têm a menor participação.

Sobre a ESCOLARIDADE dos participantes dos fundos solidários no Centro-Oeste:



Em relação à escolaridade, a maioria do público participante dos fundos solidários tem o ensino fundamental, seguida daqueles que têm o ensino médio. Existe ainda uma pequena parcela de pessoas com ensino superior, e por último a presença de pessoas não alfabetizadas.

Sobre a PARTICIPAÇÃO dos membros em organizações:

- ▶ partido político;
- ▶ grupo produtivo solidário;
- ▶ Pastoral, organização vinculada a uma igreja;
- ▶ associação comunitária;
- ▶ cooperativa.

POLÍTICAS PÚBLICAS em que os participantes dos fundos solidários estão inseridos:

- ▶ Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- ▶ Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- ▶ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- ▶ feiras de economia solidária;
- ▶ Primeiro Emprego;
- ▶ Bolsa Família.
- ▶ assentamentos de reforma agrária;
- ▶ formação pelo Centro de Formação em Economia Solidária (Cfes) Centro-Oeste;
- ▶ território de cidadania;
- ▶ Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Com base na leitura desses dados, podemos afirmar que o perfil do público participante dos fundos solidários no Centro-Oeste é majoritariamente composto por mulheres, adultas, pardas, com ensino fundamental e médio, e que algumas destas conhecem e acessam políticas públicas – como os programas de transferência de renda PAA e PNAE –, o que contribui para a redução da exclusão e da miséria.

São pessoas que também se relacionam com os movimentos e as pastorais sociais, quer sejam aqueles envolvidos com as lutas por acesso a moradia, quer seja por reforma agrária, segurança alimentar, alfabetização de jovens e adultos e economia solidária.

Podemos afirmar também que a realidade dos fundos solidários na região é fruto do trabalho de organizações não governamentais, seja no fomento seja na gestão, conforme demonstram os dados do Sies 2013. Além disso, a pesquisa indica que os fundos solidários nascem da necessidade mais premente; são soluções criadas pelas próprias comunidades para resolver seus problemas do cotidiano, pois nem sempre a política pública chega. A ausência mais evidente é a dos bancos públicos, que poderiam estar presentes subsidiando e fomentando com recursos públicos os fundos solidários.

É importante lembrar que a parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes–MTE) e com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (Portaria n. 776 de 11 de novembro de 2010), no apoio e no fomento aos fundos solidários, tem, entre outras ações – umas das mais concretas – a doação de materiais apreendidos pela Receita Federal, que, por meio da realização de bazares, se revertem em fonte de recursos de fomento e apoio aos fundos solidários.

Nesse sentido, os fundos solidários no Centro-Oeste conseguem chegar aonde os bancos públicos não chegam e constituem, assim, uma oportunidade importante de diálogo para atingir esse público. Seria importante a criação de mecanismo de aporte de recursos públicos para fomento dos fundos solidários na região. Uma das possibilidades seriam subsídios de recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), que tem a missão de fomentar o desenvolvimento sustentável da região com importantes iniciativas de financiamento para empreendimentos pequenos e médios do campo e da cidade, mas ainda é muito voltado para a lógica do microcrédito, que não alcança a singularidade do público aqui apresentado.

Seria um grande avanço se o FCO também aportasse recursos para o fomento e o crescimento das finanças solidárias na região. Na falta de um banco regional do Centro-Oeste, esses recursos poderiam chegar via Banco do Brasil ou outros bancos públicos que têm atuado para além do Distrito Federal.

Considerações finais



O projeto Apoio e Fomento às Iniciativas de Fundos Solidários da Região Centro-Oeste é uma segunda etapa de trabalho com os fundos solidários mapeados na região. Na ocasião do mapeamento, a equipe conta que iniciou o trabalho sem saber se iria encontrar tais iniciativas na região, e se estas existissem, onde estariam? Essas duas perguntas guiaram a equipe.

Ela conta também que, ao abordar as pessoas com tais perguntas, as respostas eram desanimadoras: não conheciam, portanto ali não existiam fundos solidários. Segundo a equipe, a surpresa veio no processo de formações em oficinas, intercâmbios, encontros.

Os integrantes da equipe pensaram: uma vez que “não existem”, é preciso fazer formação para estimular a organização na região. Foi nesses espaços que os participantes, compreendendo melhor do que se tratava, como funcionava, foram identificando práticas que já faziam nos seus grupos, nas suas comunidades, identificaram-se com esse modo de gestão coletiva de recursos. Identificamos hoje iniciativas formadas a partir desse processo formativo. Por isso os espaços de formação não só sobre fundos solidários, mas também sobre finanças solidárias, foram apontados como fundamentais.

Para o coordenador do primeiro projeto, Vitélio Pasa, ficou o aprendizado da necessidade de conjugar verbos da educação popular, e acrescentamos que quem se interessa pela construção coletiva autogestionária deve: perguntar, escutar, buscar, formar (formação), perceber e intercambiar. Ele destacou que a região tomou um gostinho e aprendeu a apreciar essas iniciativas das finanças solidárias, que também dá expressão à resistência e à criatividade dos povos do Cerrado.

Na continuidade deste trabalho, trazemos esta publicação, que reúne o resultado de dois mapeamentos: um referente à economia solidária e outro ao perfil dos fundos solidários. Ambos são importantes retratos da economia solidária na região. Trazem informações que acreditamos essenciais para subsidiar as definições das políticas públicas, principalmente no campo das finanças solidárias.

Os dados mostram o quanto já construímos no Centro-Oeste, mas também em comparação com outras regiões, o quanto precisamos avançar. Isso no acesso dos grupos às políticas públicas, inclusão digital, assessoramento técnico e formação, articulação em rede e participação em fóruns. Chama a atenção, na comparação entre os dois mapeamentos, que a atividade de finanças solidárias, se comparada às demais, aparece pouco na região.

Os mapeamentos apontam várias áreas que precisam ser estudadas e mais bem entendidas. Uma delas, por exemplo, é o próprio financiamento dos empreendimentos econômicos. Uma significativa quantidade de empreendimentos, dentre os mapeados pelo Sies, afirma que nos últimos 12 meses não buscou financiamento ou crédito (78%), mas também a quantidade que buscou e não conseguiu (15%) ainda é maior do que os que buscaram e conseguiram. Setenta e oito por cento dos empreendimentos afirmam necessitar de crédito e/ou financiamento. O Sies não conseguiu mostrar como as comunidades estão trabalhando suas finanças. Há uma diferença significativa de quantidade entre os dados do mapeamento dos fundos solidários e os da base do SIES.

Hoje quem assume o papel de fotografar as iniciativas não só de fundos solidários, mas também da economia solidária, é o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol), mas de uma forma mais enxuta. Sua vantagem é a possibilidade de ser atualizado com mais frequência, mas isso vai depender também do quão estratégico o próprio movimento de economia solidária vai entender ser essa ferramenta. Uma ferramenta da política pública que tem função de também dar visibilidade para iniciativas até então invisíveis.

Os dados apontam que a presença dos fundos solidários na área urbana é bastante significativa, não se restringindo apenas à zona rural, diferente da realidade de outras regiões do país, cuja concentração é na área rural. Apostamos nessas experiências como possibilidade de referência entre os próprios fundos e entre comunidades urbanas que não trabalham ainda com a metodologia.

Não restam dúvidas de que as finanças solidárias, especificamente os fundos solidários, são ferramentas primordiais que precisam estar integradas a outros processos. Muitas vezes, com a lógica de projetos que fazem um recorte da realidade a ser trabalhada, tentamos isolar outros aspectos. Colocamos uma lente de aumento em um tema. Entretanto, no trabalho com fundos solidários esse recorte nem sempre dá certo. Sendo atividade meio, não é isolado de um contexto econômico, social ou mesmo comunitário. Então, não dá para pensar em fundos solidários sem pensar em formação, educação para as finanças solidárias, comercialização, produção, consumo – isso só para citar o âmbito da economia.

Reunimos esses dados para que, olhando para o retrato que foi feito da região, possamos nos reconhecer ou não. Mas para que também possamos, ao perceber as necessidades, ir construindo novos retratos, novas pesquisas que nos ajudem a entender melhor esse universo e, dessa forma, nos ajudem

a perceber quais estudos, quais formações, quais intervenções precisam ser feitas para obter o desenvolvimento que queremos e acreditamos. Com certeza sempre há muito que avançar, mas também muitas conquistas a celebrar. Apostamos, junto com muitos outros companheiros, nos fundos solidários como ferramenta primordial na radicalização da democratização dos recursos.



Referências



A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo, 2014. Disponível em: <sies.ecosol.org.br>.

ASPECTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM GOIÁS. Goiânia: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, 2014. Disponível em: <www.imb.go.gov.br/down/aspectos_da_economia_solidaria_em_goias.pdf>.

AVANÇOS E DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO GOVERNO FEDERAL: 2003-2010. Rio de Janeiro: Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec), 2012. Disponível em: <www.acesso.mte.gov.br>.

CARTILHA DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS DA REGIÃO SUL: histórico, organização e gestão. Porto Alegre: CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional, 2015.

CORDEL DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS: gerando riquezas e saberes. Paraíba, 2008.

FUNDOS SOLIDÁRIOS: por uma política de emancipação produtiva dos movimentos sociais. Caderno 1 – Mobilização em prol de uma política pública de apoio a fundos solidários. Fundação Grupo Esquel, 2009.

FUNDOS SOLIDÁRIOS NO CENTRO-OESTE NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ECONOMIA. Programa Providência de Elevação da Renda Familiar. Brasília, 2013.

IBGE. Censo demográfico: 2010. Rio de Janeiro: IBGE.

MANUAL DE ORIENTAÇÕES SOBRE O CADASTRO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS. Brasília: Senaes/TEM, 2015. Disponível em: <www.trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/cadsol>.

Sites:

cirandas.net

cadsol.mte.gov.br

redecerrado.org.br

www.fbes.org.br

www.fundossolidarios.org.br

Parcerias Estaduais





**Apoio e Fomento às
Iniciativas de Fundos
Solidários da Região
Centro-Oeste**

GOIÁS

CENTRO DE FORMAÇÃO, ACESSORIA E PESQUISA EM JUVENTUDE (CAJUEIRO)

Rua 83, nº 361, Setor Sul, CEP: 74083-195, Goiânia-GO

Fone: (62) 3225-8095

E-mail: projetos@cajueiro.org.br

MATO GROSSO

FUNDAÇÃO BOM JESUS DE CUIABÁ

Praça do Seminário, 239, Bairro Dom Aquino, CEP: 78018-140, Cuiabá-MT

Fone: (65) 3617-7909

E-mail: fdeciaba@yahoo.com.br

MATO GROSSO DO SUL

CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DE CAMPO GRANDE

Rua Cândido Mariano, nº 1.500, Centro, Campo Grande-MS

Fone: (67) 3382-4021

E-mail: central_ms@yahoo.com.br

DISTRITO FEDERAL

CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA

SGAS, quadra 601, conjunto B, L2 Sul, Brasília-DF

Fone: 61 3225 6834

E-mail: caritasdf@caritas.org.br

Esta publicação é financiada por recursos públicos.
Distribuição gratuita. Proibida a venda. Tiragem de 1.000 exemplares. Impresso no Brasil.



Publicado sob licença Creative Commons. Alguns direitos reservados.



ATRIBUIÇÃO
Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.



USO NÃO COMERCIAL
Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



PERMITIR A CRIAÇÃO DE OBRAS DERIVADAS



Apoio e Fomento às Iniciativas de Fundos Solidários da Região Centro-Oeste

REALIZAÇÃO:



Centro de Estudos
e Assessoria

Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego



PARCEIROS:

